

Ministério de
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras Biocombustível encerrou 2014 com um resultado líquido melhor que o resultado de 2013, refletindo o nosso trabalho incessante para melhorar o desempenho operacional e financeiro da companhia.

No segmento de etanol, as usinas de nossas três empresas investidas terminaram o ano com ampliação da produção de etanol e da venda de energia elétrica para o sistema brasileiro.

No segmento de biodiesel, investimos em melhorias nas nossas usinas próprias e concluímos o processo de adaptação e licenciamento da Usina de Biodiesel de Guamaré (RN), que deve começar a operar comercialmente em 2015, ano que esperamos ser promissor com a consolidação do B7.

Na busca da otimização de processos, redução de custos, aumento da competitividade, melhoria da eficiência operacional e excelência na gestão de segurança, saúde e meio ambiente, trabalhamos fortemente na

implantação e desenvolvimento do Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop), Programa de Aumento da Competitividade (Proac), Programa de Aumento da Eficiência Operacional (Proef) e do Sistema de Gestão Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SGI-SMS).

Nosso foco é continuar trabalhando pelo aprimoramento da qualidade de nossas operações, com o objetivo de atingir maior rentabilidade econômica e a sustentabilidade do negócio de biocombustíveis.

A seguir, apresentamos nosso Relatório da Administração, que traz uma síntese de nossas principais atividades e um detalhamento dos nossos resultados, bem como as Demonstrações Contábeis.

ALBERTO OLIVEIRA FONTES JUNIOR
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2014**

A Petrobras Biocombustível prosseguiu com a estratégia de consolidar sua participação no mercado de biocombustíveis em 2014, ano marcado por um cenário não muito favorável para o setor, com condições climáticas adversas no Centro-Sul e condições de mercado abaixo das expectativas.

1.1 Etanol

Por meio das suas três empresas investidas no segmento de etanol – Guarani (SP), Nova Fronteira (GO) e Bambuí (MG) –, a Petrobras Biocombustível aumentou em 17% a produção de etanol em relação ao ano anterior, tendo atingido a marca de 1,23 milhão de metros cúbicos produzidos. O aumento foi possibilitado pelos investimentos dos últimos anos na ampliação da capacidade de processamento das usinas, bem como em renovação e expansão dos canaviais, o que diminuiu os impactos da quebra de safra causada pela seca que assolou a Região Centro-Sul do Brasil.

A Guarani, que opera sete usinas, teve o maior aumento percentual, produzindo 26% a mais de etanol do que em 2013. A Usina Boa Vista, que produz exclusivamente etanol e pertence à Nova Fronteira, foi a unidade que produziu isoladamente o maior volume no Brasil em 2014, atingindo a marca de 384 mil metros cúbicos, o que representa um aumento de 9% da produção. Já a Bambuí registrou queda de 9% na produção, devido à seca que provocou uma quebra de safra de 35% em relação ao planejado.

Além do aumento da produção de etanol, as empresas investidas da Petrobras Biocombustível aumentaram em 31% a venda de energia elétrica gerada a partir da queima do bagaço da cana para o sistema brasileiro. Ao todo, foram exportados 1.295 GWh, o suficiente para abastecer, por um ano, uma cidade com 650 mil habitantes. A Bambuí Bioenergia registrou aumento de 123% na cogeração. A Guarani aumentou 35% e a Nova Fronteira, 10%. Os números totais do segmento de etanol estão resumidos na tabela a seguir:

ETANOL PRODUÇÃO EM 2014	
Moagem de Cana	26.416.311 t
Produção de Etanol	1.233.646 m³
Produção de Açúcar	1.599.782 t
Venda de Energia Elétrica	1.295 GWh

A Petrobras Biocombustível obteve, no segmento de etanol, um faturamento líquido 23% maior do que em 2013 e um aumento do lucro operacional de 28%. Esses resultados foram possíveis, graças ao crescimento de 3% na moagem, aos preços maiores do etanol (que devido à estiagem, prejudicou os resultados da safra no Centro-Sul, restringindo a oferta do produto) e ao aumento de 26% no volume de energia elétrica comercializada com preço superior (cerca de 48% maior). O resultado líquido foi 19% pior do que em 2013 explicados pelo pagamento de encargos financeiros de dívidas bancárias e resultado negativo das operações em Moçambique, cujo prejuízo no período foi de R\$ 43,0 milhões (parcela da Petrobras Biocombustíveis).

1.2 Biodiesel

Em 2014, a Petrobras Biocombustível dedicou seus esforços ao aprimoramento dos processos industriais das suas usinas próprias, a fim de atender às novas especificações de qualidade do biodiesel estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que começaram a valer a partir de janeiro de 2014. A otimização dos processos operacionais e o trabalho realizado na diversificação das matérias-primas ajudaram a reduzir os custos de produção e a melhorar a competitividade delas.

A companhia concluiu o processo de adaptação e licenciamento da usina experimental de Guamaré (RN), para que ela comece a operar comercialmente ainda em 2015. Também teve início a triplicação da unidade de refinamento físico da Usina de Montes Claros, que permitirá o aumento da utilização do sebo bovino como matéria-prima para o biodiesel, gerando benefícios econômicos e ambientais.

No segmento do biodiesel, o volume vendido foi 7,8% menor do que em 2013 devido às paradas programadas no primeiro bimestre para adequação das usinas à nova especificação do biodiesel e devido à desaceleração do mercado nos dois bimestres seguintes. No segundo semestre, houve uma recuperação do segmento com a entrada em vigor do B7. Os volumes vendidos foram os seguintes:

BIODIESEL PRODUÇÃO ENTREGUE EM 2014	
Usinas Próprias	262.997 m³
Usinas em Parceria (*)	156.688 m³

(*) Valor correspondente a 50% da produção das usinas parceiras, BSBIOS Marialva (PR) e BSBIOS Passo Fundo (RS).

Com o aumento da utilização de matéria-prima bruta, foi possível diminuir em 7,5% os custos em relação a 2013. A companhia também reduziu custos fixos e gastos com logística. Por outro lado, gastos maiores com metanol e insumos químicos do pré-tratamento (que foram afetados pela variação cambial) e preços de venda estáveis do biodiesel (devido à elevada competitividade dos leilões) fizeram o resultado líquido ser 11% pior em relação ao ano anterior.

1.3 Suprimento Agrícola

A área de Suprimento Agrícola, após ter atualizado sua estratégia agrícola, reduziu os custos para a manutenção do Selo Combustível Social (SCS), atingindo um resultado líquido 46% melhor do que o obtido em 2013. Por meio da participação mais efetiva da empresa investida Bioleão no semiárido, a redução de *overhead* e a simplificação da estratégia, foi possível otimizar os gastos com a assistência técnica prestada aos agricultores familiares e agilizar a aquisição e o processamento dos grãos.

Em 2014, o Ministério do Desenvolvimento Agrário aprovou a Portaria nº 81, de 26 de novembro de 2014, que já está em vigor e irá favorecer os investimentos realizados no semiárido para manutenção do SCS, levando em conta a baixa produtividade agrícola da região e as dificuldades logísticas. Isso vai gerar maior equilíbrio no custo do selo em relação a outras regiões, como a do Sul do País.

A Belem Bioenergia Brasil, empresa investida da Petrobras Biocombustível em parceria com a Galp de Portugal, iniciou a produção de cachos de frutos frescos de dendê no Pará. Já são mais de 40 mil hectares plantados com palmeiras que irão produzir o óleo que servirá de matéria-prima para a produção de *greendiesel* em Portugal.

Em busca de aumentar a competitividade, a companhia deu continuidade à estratégia de diversificar matérias-primas para o biodiesel, por meio de seu programa de aquisição de óleos e gorduras residuais de cooperativas e associações de catadores nas regiões de Salvador e Fortaleza. Também deu início à aquisição de óleo de vísceras de peixe de piscicultores do Ceará. Essas iniciativas geram benefícios sociais e ambientais, evitando o descarte desses resíduos na natureza.

1.4 Pesquisa e Desenvolvimento

A Petrobras Biocombustível tem investido em pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias que buscam atingir maior produtividade, qualidade e competitividade dos biocombustíveis. Em 2014, a companhia prosseguiu com os estudos de engenharia para a implantação de uma unidade de etanol celulósico e realizou testes com cachos de palma vazios como matéria-prima.

As pesquisas com matérias-primas não convencionais que podem servir para a produção de biodiesel também prosseguiram. Entre elas estão: o óleo de peixe, as microalgas e a macaúba. Os estudos relacionados à mamona contaram com a implantação, em parceria com a Embrapa, de doze Unidades de Testes e Demonstração (UTDs) no semiárido brasileiro. Essas unidades contribuem para a capacitação dos agricultores familiares e têm desenvolvido técnicas e sistemas de cultivo que podem aumentar a produção e a produtividade em até 30%.

O desenvolvimento de biolubrificantes obteve grande avanço e os testes de produto já foram iniciados. Substitutos biodegradáveis dos lubrificantes convencionais, eles são produzidos a partir de óleos vegetais, inclusive de mamona, e trazem benefícios para o ambiente.

Ainda em 2014, foi concluído um estudo que analisou o ciclo de vida do etanol na cadeia produtiva brasileira. A pesquisa demonstrou que, para uma usina típica, ele reduz em mais de 72% as emissões de CO2 em comparação com a gasolina, número que pode aumentar, com a eliminação das queimadas e o incremento na geração de energia elétrica.

1.5 Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde

A implantação do Sistema de Gestão Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SGI-SMS) avançou significativamente. O SGI-SMS, que já faz parte do dia-a-dia das usinas, permitirá que a operação da companhia seja baseada em normas internacionais de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente.

1.6 Corporativo e Recursos Humanos

Em busca de aprimorar o seu desempenho e melhorar a execução do seu plano de negócios, a Petrobras Biocombustível passou, em 2014, por uma nova atualização de sua estrutura organizacional, reduzindo custos administrativos. A companhia também economizou 33% a mais do que o planejado com a implementação do Procop: cerca de R\$ 149 milhões.

Em 2014, foi implantado o Programa de Aumento da Competitividade (Proac), que dispõe de iniciativas para aumentar a geração de caixa, melhorar a eficiência dos processos e obter vantagens competitivas no mercado. A companhia também acertou os últimos detalhes do Programa de Aumento da Eficiência Operacional (Proef). Com o objetivo de implementá-lo em 2015, o programa vai elevar ainda mais a confiabilidade das usinas de biodiesel e aprimorar a integridade dos sistemas de produção delas.

Finalmente, no tocante ao desenvolvimento da força de trabalho, foram realizadas 8.361 horas de treinamento nas áreas técnica, operacional, administrativa, gerencial e de segurança, meio ambiente e saúde.

2. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS**2.1 Membros do Conselho de Administração:**

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campelo (Presidente do Conselho)
Ricardo de Gusmão Dornelles
Alberto Oliveira Fontes Junior
José Lima de Andrade Neto
Arnoldo Anacleto de Campos

2.2 Membros da Diretoria Executiva:

Alberto Oliveira Fontes Junior - Presidente e Diretor de Biodiesel
Antônio Roberto da Silva - Diretor Administrativo e Financeiro
Milas Evangelista de Sousa - Diretor de Etanol
João Augusto Paiva - Diretor de Suprimento Agrícola

2.3 Membros do Conselho Fiscal:

Titulares:
Bruno Passos da Silva Melo (Presidente)
Wilson Rodolfo de Souza Gomes
Charles Carvalho Guedes

Suplentes:

Francisco Dias Neto
Márcio Leão Coelho
Marcio de Castro Barboza

3. AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores e parceiros da Petrobras Biocombustível, o agradecimento pela importante contribuição em mais um ano de trabalho e de consolidação da companhia.

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**BALANÇO PATRIMONIAL**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.358	28.810	Fornecedores	15	51.166	42.408
Contas a receber - partes relacionadas	7	123.440	54.767	Impostos e contribuições sociais a recolher	16	2.813	1.337
Contas a receber - terceiros		2.101	1.238	Contas a pagar - partes relacionadas	7	282.555	176.393
Estoques	8	44.454	41.965	Salários, férias, encargos e participações		5.816	5.626
Ativo biológico	9	-	6.937	Outras contas e despesas a pagar		9.445	13.948
Impostos e contribuições sociais a recuperar	10	22.350	34.213			351.795	239.712
Adiantamento a fornecedores		3.552	2.616				
Outros ativos circulantes		89	408	Não circulante			
		<u>211.344</u>	<u>170.954</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital	7 e 17	23.122	12.701
Não circulante				Planos de pensão e saúde	18	2.047	497
Realizável a longo prazo				Provisão para processos judiciais	23	1.313	324
Adiantamento a fornecedores		830	1.250	Outras contas e despesas a pagar		865	865
Impostos e contribuições sociais a recuperar	10	6.021	3.498			27.347	14.387
Depósitos vinculados		1.244	415	Patrimônio líquido	19		
Investimentos	11	2.220.666	2.065.768	Capital realizado		3.465.123	3.103.021
Imobilizado	12	147.814	133.109	Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Intangível	13	36	29	Ajustes de avaliação patrimonial		(38.963)	(31.046)
Diferido	14	-	55	Prejuízos acumulados		(1.199.587)	(933.236)
		<u>2.376.611</u>	<u>2.204.124</u>			<u>2.208.813</u>	<u>2.120.979</u>
Total do ativo		2.587.955	2.375.078	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.587.955	2.375.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo do exercício por lote de mil ações)

	Nota	2014	2013
Receita de vendas de produtos e serviços	20	623.041	832.735
Custo dos produtos vendidos	21	(720.479)	(994.152)
Prejuízo bruto		(97.438)	(161.417)
Despesas de vendas	21	(5.846)	(6.073)
Honorários da Administração	21	(4.585)	(4.003)
Despesas gerais administrativas	21	(107.955)	(108.692)
Despesas tributárias		(419)	(791)
Amortização da mais valia	11	(14.745)	(15.285)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	2.129	2.746
		(131.421)	(132.098)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos		(228.859)	(293.515)
Despesas financeiras	24	(2.139)	(4.557)
Receitas financeiras	24	43.295	3.187
Resultado financeiro líquido		41.156	(1.370)
Resultado de participações em investimentos	11	(78.648)	(28.467)
Prejuízo do exercício		(266.351)	(323.352)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social - básico e diluído (em R\$)		(843,19)	(1.170,47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Prejuízo do exercício		(266.351)	(323.352)
Ganhos / (Perdas) atuariais - Plano de Pensão e Saúde			
Reconhecido no patrimônio líquido	18	(742)	917
Participação no resultado abrangente das investidas			
Participação no resultado abrangente das investidas			
Ajustes acumulados de conversão	11	2.023	3.596
Resultados não realizados no hedge de fluxo de caixa			
Reconhecido no patrimônio líquido	11	(9.198)	2.103
		(7.917)	6.616
Resultado abrangente total		(274.268)	(316.736)
Atribuível ao:			
Acionista da Sociedade		(274.268)	(316.736)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua

Ministério de
Minas e EnergiaGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de Reais)

	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
			Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.585.505	(21.938)	(8.169)	(29.493)	(609.884)	1.916.021
Integralização de capital	517.516	-	-	-	-	517.516
Contribuição adicional de capital	-	4.178	-	-	-	4.178
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(323.352)	(323.352)
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão	-	-	-	917	-	917
Ajuste acumulado de conversão - da investida	-	-	3.596	-	-	3.596
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	2.103	-	2.103
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.103.021	(17.760)	(4.573)	(26.473)	(933.236)	2.120.979
Integralização de capital	362.102	-	-	-	-	362.102
Contribuição adicional de capital	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(266.351)	(266.351)
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão	-	-	-	(742)	-	(742)
Ajuste acumulado de conversão - da investida	-	-	2.023	-	-	2.023
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa - da investida	-	-	-	(9.198)	-	(9.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.465.123	(17.760)	(2.550)	(36.413)	(1.199.587)	2.208.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(266.351)	(323.352)
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão	809	1.067
Resultado de participações em investimentos	78.648	28.467
Depreciações e amortização	6.675	7.427
Amortização da mais valia	14.745	15.285
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	138	436
Perda de inventário do ativo biológico	9.206	-
Ajuste a valor justo do ativo biológico	(31.393)	24.742
Perda na alienação do ativo imobilizado	1.183	-
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AV/RL	28.894	45.279
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber - terceiros	(1.001)	11.302
Contas a receber - partes relacionadas	(68.673)	60.617
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9.340	5.759
Estoques	(31.383)	(23.583)
Ativos biológicos	29.124	(308)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.026)	(330)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	8.758	(28.814)
Contas a pagar e provisões	1.179	1.255
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.476	(4.150)
Contas a pagar - partes relacionadas	106.162	53.505
Outros passivos	(4.503)	9.567
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	(107.993)	(115.829)
Atividades de investimentos		
Investimentos	(255.466)	(344.147)
Imobilizado	(25.333)	(26.728)
Recebimento pela venda de ativos	2.843	-
Intangível	(26)	(3)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(277.982)	(370.878)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de Capital	372.523	500.038
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	372.523	500.038
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13.452)	13.331
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.810	15.479
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.358	28.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	725.469	995.777
Descontos e abatimentos	(317)	(375)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(138)	(436)
Outras receitas operacionais, líquidas	983	484
	<u>725.997</u>	<u>995.450</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(557.534)	(713.087)
Custo das mercadorias revendidas	(45.188)	(124.062)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros	(66.647)	(112.003)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(55.500)	(81.647)
Perda de inventário do ativo biológico	9.206	-
Ajuste a valor justo do ativo biológico	(31.393)	(24.742)
Perda e recuperação de ativos	(28.894)	(45.279)
	<u>(775.950)</u>	<u>(1.100.820)</u>
Valor consumido bruto	(49.953)	(105.370)
Retenções		
Depreciação e amortização	(6.675)	(7.427)
Amortização da mais valia	(14.745)	(15.285)
	<u>(21.420)</u>	<u>(22.712)</u>
Valor consumido pela Sociedade	(71.373)	(128.082)
Valor consumido recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	(78.648)	(28.467)
Receitas financeiras	43.295	3.187
	<u>(35.353)</u>	<u>(25.280)</u>
Valor consumido a distribuir	(106.726)	(153.362)
Distribuição do valor consumido		
Pessoal		
Remuneração direta		
Salários	94.825	92.223
Participação nos resultados	92.825	90.278
	2.000	1.945
Benefícios nos resultados	12.717	11.555
Vantagens	7.133	6.482
Plano de aposentadoria e pensão	1.888	2.099
Plano de saúde	1.866	1.331
FGTS	1.830	1.643
	<u>107.542</u>	<u>103.778</u>
Tributos		
Federais	6.697	6.623
Estaduais	17.860	26.280
Municipais	280	305
	<u>24.837</u>	<u>33.208</u>
Instituições financeiras e fornecedores		
Despesas com juros, variações cambiais e monetárias	2.139	4.556
Despesas com alugueis	25.107	28.448
	<u>27.246</u>	<u>33.004</u>
Acionistas		
Resultado do exercício	(266.351)	(323.352)
Valor consumido distribuído	(106.726)	(153.362)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Sociedade e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Sociedade") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

Na execução de suas atividades, a Sociedade poderá constituir subsidiárias, no país ou no exterior, participar em sociedades controladas ou coligadas, bem como associar-se, majoritariamente ou minoritariamente a outras sociedades. A Sociedade poderá adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Os prejuízos em suas operações têm gerado a necessidade de aportes por parte da Controladora para cobrir a geração operacional negativa, incluindo capital de giro, e os investimentos para a expansão dos negócios.

1.1. Segmento de Biodiesel

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras. A Usina de Quixadá (CE) foi inaugurada em 20 de agosto de 2008 e a Usina de Montes Claros (MG) em 06 de abril de 2009. Conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, até novembro de 2009 a capacidade de produção de biodiesel das três usinas era de 171 milhões de litros. Com o projeto de aumento de capacidade ("desengargalhamento"), que avaliou a capacidade dos equipamentos instalados e revisou processos industriais, incluindo a duplicação da estrutura produtiva da Usina Candeias, autorizada pela ANP em 28 de outubro de 2010 (DOU 653), foram efetuados ajustes necessários que trouxeram um aumento de 154% da capacidade instalada. Com isso, a produção das três usinas passou a ter uma capacidade anual de produção de 434 milhões de litros por ano, conforme dados da ANP. Em dezembro de 2012, foi autorizada pela ANP (DOU 235, de 06 de dezembro de 2012) a elevação da capacidade de produção da Usina de Montes Claros (MG). Desde então, as três usinas passaram a ter uma capacidade anual de produção de 478 milhões de litros por ano, conforme dados da ANP.

Em 2008, as usinas inauguradas foram operadas pela Petrobras, enquanto a Sociedade aguardava definições relativas a questões regulatórias, envolvendo a autorização para produzir, expedida pela ANP. Esta autorização foi concedida em 08 de janeiro de 2009, data em que a Sociedade passou a operar as usinas por conta própria. As três usinas são de propriedade da Petrobras e foram arrendadas pela Sociedade pelo prazo de cinco anos, por meio de contrato de arrendamento operacional assinado em 10 de novembro de 2008. Ao término do prazo estipulado, o contrato foi renovado automaticamente por igual período.

A Sociedade também possui parceria com a BSPAR - BSBIOS Participações S/A na empresa BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR). A capacidade total de produção de biodiesel das cinco unidades é de 821 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2014, a Sociedade, no cumprimento de seu plano de negócios para o segmento de biodiesel investiu, R\$ 23.968 em melhorias operacionais das usinas de biodiesel para alcançar melhor eficiência operacional, obedecendo aos mais rigorosos princípios de segurança. Adicionalmente, foi dada continuidade ao processo de adaptação e licenciamento da usina experimental localizada em Guimarães (RN), com capacidade para produzir 20 mil m³/ano.

1.2. Segmento de Etanol

A Sociedade possui participações societárias na Guarani, Nova Fronteira e Bambuí, atuando em nove usinas produtoras de etanol, açúcar e energia elétrica, em São Paulo, Goiás e Minas Gerais e em uma usina em Moçambique, na África. Essas três investidas encerraram a safra 2014/2015 com moagem total de 26,4 milhões de toneladas de cana e produção de 1,23 milhão de m³ de etanol e de 1,6 milhão de toneladas de açúcar. A comercialização de energia excedente, produzida com a queima de bagaço da cana, atingiu 1.295 Gigawatts-hora (GWh) no fim da safra. Com os investimentos realizados nos últimos anos, a capacidade de processamento das usinas e a renovação e expansão dos canaviais vêm sendo ampliadas.

A Sociedade vem realizando também pesquisas para o desenvolvimento de etanol celulósico de segunda geração, etanol 2G. O projeto encontra-se em fase de estudos de engenharia para viabilizar a construção de uma planta industrial.

A Sociedade em 2014 realizou o aporte no valor de R\$ 240.166, previsto do acordo de investimentos, elevando sua participação na empresa Guarani S.A. ("Guarani") para 42,95%.

1.3. Segmento Agrícola

A Sociedade possui parceria com a Galp Bioenergy B.V. na empresa Belem Bioenergia Brasil, através do Programa Belém, que abrange o cultivo de palma, a extração e exportação de óleo e a produção de 270 mil toneladas anuais de *greendiesel* em Portugal. Em 2014, o plantio de palmares do Programa Belém alcançou 40 mil hectares, no Estado do Pará. Em 2014, a Sociedade realizou aportes no valor total de R\$ 15.300 na Belem Bioenergia Brasil para dar continuidade ao desenvolvimento do projeto Belem no Pará.

Em outro empreendimento, com participação societária na Bioóleo, a Sociedade atua no processamento de grãos de mamona, algodão e girassol e no refino de óleo vegetal bruto. A fábrica, em Feira de Santana (BA), tem capacidade instalada para o processamento de 130 mil t/ano de grãos, 60 mil t/ano de óleo de soja e 48 mil t/ano de óleo de algodão. A Bioóleo fornece óleo vegetal para as três usinas próprias de biodiesel da Petrobras Biocombustível.

2. Entidades do grupo

Em 31 de dezembro, a Sociedade possuía participação nas seguintes entidades:

	% Participação no capital			
	2014		2013	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Empreendimentos controlados em conjunto				
BSBIOS Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Belem Bioenergia Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Coligadas				
Bambuí Bioenergia S.A.	43,58%	43,58%	43,58%	43,58%
Guarani S.A.	42,95%	42,95%	39,56%	39,56%

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

A Sociedade reclassificou em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 69.493 (R\$ 70.021 em 31 de dezembro de 2013) referente ao ajuste dos estoques ao valor realizável líquido e ajustes do ativo biológico, de outras despesas operacionais líquidas para custo dos bens e/ou serviços vendidos, entendendo ser a classificação mais adequada por função. Esta reclassificação não impacta retroativamente ou prospectivamente o lucro líquido dos períodos.

O Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 15 de abril de 2015, aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.2. Moeda funcional

Estas demonstrações são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade e seus Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas.

As variações cambiais sobre os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

3.3. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: passivos de planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais, valor justo para os ativos biológicos, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Sociedade

Histórico

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas utilizavam recursos recebidos no âmbito dos contratos que possuem com a Petrobras para realizar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados da Petrobras, entre outros envolvidos. Baseado nas informações disponíveis à Petrobras, o referido esquema envolvia um conjunto de 27 empresas que, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel, obtendo contratos com a Petrobras e então realizando os pagamentos indevidos.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também fizeram pagamentos a ex-empregados da Petrobras.

A Petrobras contratou dois escritórios independentes de advocacia: o escritório americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o escritório brasileiro, Trench, Rossi & Watanabe Advogados para conduzir uma investigação interna independente no Sistema Petrobras.

As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobras Biocombustível S.A. Até o presente momento os processos investigatórios interno e externo não identificaram nenhuma irregularidade na Petrobras Biocombustível S.A.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade nas demonstrações contábeis apresentadas.

5.1. Instrumentos financeiros

5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.1.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas com crédito de liquidação duvidosa.

A Sociedade reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

Os créditos com as empresas do Sistema Petrobras são registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos pelos direitos de responsabilidade tributária da Sociedade, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

5.1.3. Instrumentos financeiros não derivativos

A Sociedade registra os instrumentos no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração, da seguinte forma:

- A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- A Sociedade tem como passivos financeiros não derivativos os fornecedores, contas a pagar a empresas ligadas e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Sociedade baixa um passivo quando tem suas obrigações retiradas, canceladas ou vendidas.

5.2. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição ou de produção (método da média ponderada móvel) e estão demonstrados da seguinte forma:

- Matérias-primas - compreendem, principalmente, os estoques de oleaginosas e seus óleos, que estão demonstrados pelo custo médio de produção e de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

- Produtos - contemplam, principalmente, biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

- Materiais e suprimentos para manutenção e outros - representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Sociedade, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra.

Continua

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

5.3. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos.

5.4. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Sociedade possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A Sociedade participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio e coligadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades Coligadas, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

5.5. Combinação de negócios e goodwill

Aquisições de negócios são reconhecidas pelo método da aquisição quando o controle é obtido. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor, deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultem em alteração de controle não são consideradas em uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como contribuição adicional de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

Nessa Sociedade, o ágio relativo à aquisição de participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é segregado em "expectativa de rentabilidade futura - *goodwill*" e "mais valia de ativos", apresentados nas demonstrações contábeis no grupo investimento. A parcela relativa ao *goodwill* não é amortizada e tem seu valor recuperável testado anualmente.

5.6. Imobilizado**5.6.1. Reconhecimento e mensuração**

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos relevantes com manutenções das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

5.6.2. Depreciação

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

5.7. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), sendo composto por *softwares*.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

5.8. Diferido

A Sociedade manteve o saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, que foi amortizado em 5 anos, que à época estava sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos, *impairment*, em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

5.9. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Sociedade avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O ágio relativo à aquisição de participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, independentemente de haver indicativos de perda de valor, tem sua recuperação de valor testado anualmente.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Sociedade, o valor recuperável utilizado para a avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Sociedade. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Sociedade, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

5.10. Teste de *impairment* de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto

O valor em uso é geralmente utilizado para fins de teste de recuperabilidade dos ativos de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, dos quais os mais significativos são investimentos em empresas do setor de etanol. Para esses investimentos, o fluxo de caixa futuro esperado é calculado com base na especificidade do ciclo de negócio. A taxa de desconto resulta do custo médio ponderado do capital ajustado para refletir a forma em que o mercado avaliaria os riscos associados aos fluxos de caixa, excluindo-se os riscos para os quais os fluxos de caixa estimados já foram ajustados.

Para o cálculo dos fluxos de caixa são utilizadas premissas que envolvem incertezas, como, por exemplo: curvas futuras de produção, preços futuros de commodities, crescimento das receitas de venda, margens operacionais, taxas de desconto, taxas de câmbio, taxas de inflação e investimento exigido para o desenvolvimento dos projetos existentes.

Outras informações sobre investimentos são apresentadas na nota explicativa 11.

5.11. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

5.12. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos, incluindo benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.13. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com o plano de benefícios de pensão e aposentadoria e o de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante seu período laboral. As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

A Sociedade contribui para o plano com característica de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida.

5.14. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Sociedade com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 23.

5.15. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos com a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários.

5.16. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período, decorrente da redução de ICMS.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, quando for aplicável.

5.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Sociedade no respectivo período.

5.18. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a Sociedade não mantém envolvimento contínuo na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5.19. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Sociedade adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) para garantir a neutralidade na determinação do lucro tributável com a adoção dos CPC's. Em razão da lei nº 12.973/14, que revoga o RTT, a Sociedade, como não optante das proposições contidas na lei para o exercício de 2014, mantém as disposições relativas ao RTT para o exercício corrente.

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Sendo que os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

Os tributos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovados pelos órgãos da Administração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e Bancos	46	500
Aplicações financeiras	15.312	28.310
	15.358	28.810

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e estão representadas, em sua totalidade, por quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - FIDC - NP, administrado pelo Itaú Unibanco. A rentabilidade é atrelada à variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A taxa média de rentabilidade do fundo foi de 10,81% em 2014 (2013 - 8,05%).

Os fundos exclusivos de direitos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), serviços de auditoria, taxas de serviços relativos à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas. Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

A exposição da Sociedade a riscos de taxas de juros é divulgada na Nota 26.

Continua

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos eram compostos como segue:

	2014	2013
Ativo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (i)	114.414	45.857
Outras	9.026	8.910
	<u>123.440</u>	<u>54.767</u>
Passivo		
Circulante:		
Petróleo Brasileiro (ii)	270.544	167.913
Outras	12.011	8.480
	<u>282.555</u>	<u>176.393</u>
Não circulante:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.122	12.701
	<u>23.122</u>	<u>12.701</u>
Resultado		
Receita Líquida de vendas		
Petróleo Brasileiro (iii)	559.501	693.383
Custo dos produtos vendidos		
Petróleo Brasileiro	(623.115)	(777.375)
Despesas compartilhadas		
Petróleo Brasileiro (iv)	(93.560)	(124.299)
	<u>(93.560)</u>	<u>(124.299)</u>
Receita financeira		
Petróleo Brasileiro (v)	40.592	–
	<u>40.592</u>	<u>–</u>

- (i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- (ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestando serviços à Sociedade.
- (iii) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2013 e 2014.
- (iv) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2014 - R\$ 52.755 e 2013 - R\$ 75.488), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2014 - R\$ 12.330 e 2013 - R\$ 15.583), os serviços compartilhados (2014 - R\$ 18.070 e 2013 - R\$ 1.212) e outros da Sociedade com a utilização da estrutura da Petrobras.
- (v) Os valores referem-se as receitas oriundas das operações de REPETRO.

A Sociedade firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (REPETRO).

A Petrobras, remunera a Sociedade o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano pro-rata sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2014 foi auferida a receita de R\$ 40.592.

As garantias concedidas pela Sociedade apresentam os seguintes saldos a liquidar:

	2014	2013
2014	1.003.397	–
2015	235.662	124
2016	1.310.609	–
2017	1.344	–
2018	493.612	–
2019	3.143.666	815.909
2020 em diante	2.502.969	50.834
	<u>8.691.259</u>	<u>866.867</u>

11. Investimentos**11.1. Mutação dos Investimentos**

Empresa	2013	Aquisição	Ágio	Resultado de Equivalência	Contribuição adicional de capital	Ajuste de Avaliação patrimonial	Amortização da mais valia de ativos	Alienação/ Dividendos	2014
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	17.517	–	–	(1.464)	–	–	(123)	–	15.930
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	399.483	–	–	34.732	–	–	(1.499)	–	432.716
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	160.872	–	–	(34.801)	–	–	(306)	–	125.765
Bambu Bioenergia S.A.	152.526	–	–	(30.884)	–	–	–	–	121.641
Guarani S.A.	1.193.711	185.456	54.710	(36.901)	–	(7.175)	(12.817)	–	1.376.984
Belem Bioenergia Brasil S.A.	141.659	15.300	–	(9.329)	–	–	–	–	147.630
Total	2.065.768	200.756	54.710	(78.648)	–	(7.175)	(14.745)	–	2.220.666

Empresa	2012	Aquisição	Ágio	Resultado de Equivalência	Contribuição adicional de capital	Ajuste de Avaliação patrimonial	Amortização da mais valia de ativos	Alienação/ Dividendos	2013
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	17.489	–	–	151	–	–	(123)	–	17.517
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	414.275	–	–	(13.293)	–	–	(1.499)	–	399.483
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	159.931	–	–	1.787	–	–	(846)	–	160.872
Bambu Bioenergia S.A.	149.152	–	–	3.374	–	–	–	–	152.526
Guarani S.A.	985.209	174.997	50.115	(13.670)	4.178	5.699	(12.817)	–	1.193.711
Belem Bioenergia Brasil S.A.	–	148.475	–	(6.816)	–	–	–	–	141.659
Total	1.726.056	323.472	50.115	(28.467)	4.178	5.699	(15.285)	–	2.065.768

Continua

No exercício de 2014, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R\$ 4.585 (2013 - R\$ 4.003).

8. Estoques

	2014	2013
Matéria-prima	733	1.601
Produtos intermediários	26.420	33.814
Produtos acabados (*)	14.934	7.289
Materiais	4.300	3.958
(-) Ajuste a valor de mercado de estoques	(1.933)	(4.697)
	<u>44.454</u>	<u>41.965</u>

(*) Biodiesel, glicerina, borra de refino e ácido grasso

A redução da provisão do ajuste a valor de mercado dos estoques, no exercício de 2014, decorre, principalmente, pela mudança na estratégia de estocagem dos grãos de soja e girassol que passou a ser comercializada para a Bioóleo no momento da compra.

9. Ativo biológico

	2014	2013
Valor justo em 1º de janeiro	6.937	31.371
Ganhos (perdas) decorrentes de mudança no valor justo menos despesas de venda	31.393	(24.742)
Diminuições devido às perdas de inventário	(9.206)	(8.571)
Diminuições devido à venda de mudas	(29.124)	(1.280)
Aumento devido gastos com plantio	–	10.159
Valor justo em 31 de dezembro - Circulante	<u>6.937</u>	<u>6.937</u>

O valor justo dos ativos biológicos inclui os seguintes elementos:

	2014	2013
Mudas ciclo I (2010/2011) plantio definitivo	–	969
Mudas ciclo II (2011/2012) plantio definitivo	–	3.809
Viveiro de Mudas do ciclo I (2010/2011)	–	–
Viveiro de Mudas do ciclo II (2011/2012)	–	2.159
	<u>–</u>	<u>6.937</u>

Em decorrência da negociação das vendas das mudas de palma para a Belem Bioenergia Brasil (BBB), em setembro de 2014, concluiu-se o processo de desmobilização do Projeto Pará, com os seguintes efeitos, em 2014: (i) venda de 803.577 mudas (R\$ 29.124) para a Belem Bioenergia Brasil S.A., (ii) perda pelo descarte de 217.313 mudas (R\$ 9.206) e (iii) reversão de provisão para perda (R\$ 31.393) pela desvalorização dos ativos biológicos, avaliados a valor justo.

10. Impostos e contribuições a recuperar

	2014	2013
ICMS	3.253	2.707
PIS/COFINS	24.514	33.903
IRRF	281	558
CSLL	58	39
Outros Impostos	265	504
	<u>28.371</u>	<u>37.711</u>
Impostos a recuperar - Circulante	22.350	34.213
Impostos a recuperar - Não Circulante	6.021	3.498
Total impostos a recuperar	28.371	37.711



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Informações sobre as Investidas

Empreendimentos controlados em conjunto	31 de dezembro de 2014				
	Capital subscrito	Ações Ordinárias em milhares	% de Participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.	158.516	6.481	50,00%	131.953	(65.590)
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	20.440	20.440	50,00%	8.920	(2.929)
Nova Fronteira Bioenergia S. A.	858.837	857.333	49,00%	817.627	70.881
Belem Bioenergia Brasil S.A.	345.850	345.850	50,00%	295.261	(32.253)
Coligadas					
Bambuí Bioenergia S.A	124.562	124.562	43,58%	123.193	(70.888)
Guaraní S. A.	2.727.839	569.276	42,95%	2.591.851	(91.343)

11.2.1. Empreendimentos controlados em conjunto

a) BSBios Sul Brasil

Em 1º de julho de 2011, a Sociedade adquiriu 50% da empresa BSBios Sul Brasil por R\$ 144.683, sendo R\$ 57.184 por meio de aporte com emissão de novas ações representativas de 19% do capital social e R\$ 87.499 pela aquisição direta de ações de terceiros, representando 31% restantes. Na negociação, acordou-se uma reorganização societária, pela qual a BSBios Sul Brasil incorporou como subsidiária integral a empresa BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel S.A., cuja participação acionária era 50% PBIO e 50% BSBios Sul Brasil, passando a PBIO a ter controle indireto sobre esta empresa. Em 31 de dezembro de 2013, a BSBios Sul Brasil incorporou a empresa BSBios Marialva, tornando-a uma filial, sem aumento de capital.

Contraprestação transferida pela compra	144.683
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(91.817)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	52.866

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado e estoques no montante de R\$ 12.325 que está classificada no grupo de investimentos, assim como o goodwill de R\$ 52.866. O valor de custo, na data de aquisição, é representado por R\$ 79.492 mil. Do montante total de R\$ 12.325 mil, identificado como mais-valia por ocasião do laudo de avaliação ao valor justo, R\$ 5.402 já haviam sido amortizados até 31 de dezembro de 2014 em função da realização dos bens na investida (2013 - R\$ 5.096).

b) Bioóleo

Em agosto de 2010, a Sociedade integralizou o montante de R\$ 15.500 no capital social da Bioóleo, por meio de compra e venda de ações, passando a deter 50% do capital social. Ainda em agosto, foram realizados aportes de R\$ 6.000 para melhorias operacionais e de SMS (Segurança, Meio ambiente e Saúde), desembolsados em partes iguais pelos sócios. Em 31 de dezembro de 2011, o montante aportado totalizava R\$ 18.500, conforme detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	18.500
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(16.599)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	1.901

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de terrenos e imobilizado no montante de R\$ 10.106, que está classificada no grupo de investimentos, assim como o goodwill de R\$ 1.901. O valor de custo, na data de aquisição, é representado por R\$ 6.493. Do montante total de R\$ 10.106, identificado como mais-valia por ocasião do laudo de avaliação ao valor justo, R\$ 538 já haviam sido amortizados até 31 de dezembro de 2014 em função da realização dos bens na investida (2013 - R\$ 415).

c) Nova Fronteira

Em 18 de junho de 2010, a Petrobras Biocombustível S.A. celebrou Acordo de Investimentos com o Grupo São Martinho S.A., estabelecendo uma parceria estratégica para o crescimento da produção de etanol na região Centro-Oeste do Brasil, sendo constituída a Nova Fronteira.

No mercado de Etanol, em 1º de novembro de 2011, a Sociedade efetuou o aporte de R\$ 173.966 na empresa Nova Fronteira, em complemento ao montante subscrito em novembro de 2010. Com isso, o seu investimento totaliza R\$ 431.805, representando 49% das ações da Sociedade. A Sociedade possui o controle conjunto da empresa Nova Fronteira, que atua na produção de etanol na região Centro-Oeste do Brasil.

O percentual de participação da Petrobras Biocombustível S.A. é de 49%, correspondentes aos aportes de R\$ 431.805, detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	431.805
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(424.521)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	7.284

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de terrenos, imobilizado, estoques e empréstimos no montante de R\$ 32.329, classificados no grupo de investimentos, assim como o goodwill de R\$ 7.284. O valor de custo, na data de aquisição, é representado por R\$ 392.192. Do montante total de R\$ 32.329, identificado como mais-valia por ocasião do laudo de avaliação ao valor justo, R\$ 7.535 já haviam sido amortizados até 31 de dezembro de 2014 em função da realização dos bens na investida (2013 - R\$ 6.036).

d) Belem Bioenergia Brasil

Em 18 de janeiro de 2013, a Petrobras Biocombustível S.A. adquiriu 50% da empresa Belem Bioenergia Brasil S.A., pela quantia de R\$ 49.463, passando a operar em conjunto com a Galp Bioenergy B.V. o empreendimento para a produção de óleo de palma como matéria-prima para a produção de *greendiesel* em Portugal. Foram subscritas e integralizadas novas ações em maio de 2013 (R\$ 23.473), em setembro de 2013 (R\$ 58.539), em dezembro de 2013 (R\$ 17.000), em maio de 2014 (R\$ 13.600) e em dezembro de 2014 (R\$ 1.700), para cada sócio, mantendo-se o compartilhamento do controle da investida.

O empreendimento, em fase de instalação, envolve o plantio de 60 mil hectares de palma para a produção de 335 mil toneladas de óleo de palma.

11.2.2. Coligadas

a) Bambuí

Em 2009, a Sociedade celebrou um acordo de investimento para integralização de capital na Bambuí, adquirindo a participação de 43,58% com aportes de R\$ 154.764 até março de 2011. No 2º trimestre de 2011, a avaliação dos ativos líquidos a valor justo foi concluída, conforme detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	154.764
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(88.384)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	66.380

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de terrenos de R\$ 1.572 que está classificada no grupo de investimentos em coligadas, assim como o goodwill de R\$ 66.380. O valor de custo, na data de aquisição, é representado por R\$ 86.812.

O montante total de R\$ 1.572, registrado como mais-valia por ocasião do laudo de avaliação ao valor justo, foi identificado apenas em terrenos, não estando sujeito à amortização.

b) Guaraní

Em 2010, a Sociedade celebrou um acordo de investimento com a Tereos Internacional, integrando no capital social da Guaraní e adquirindo a participação de 31,44% com aportes de R\$ 877.951 até março de 2011. No 2º trimestre de 2011, a avaliação dos ativos líquidos a valor justo da Guaraní foi concluída, conforme detalhado a seguir:

Contraprestação transferida pela compra	877.951
Participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(798.548)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	79.403

A participação no valor justo dos ativos líquidos adquiridos inclui mais valia de imobilizado, terrenos e estoques no montante de R\$ 91.869 que está classificada no grupo de investimentos em coligadas, assim como o goodwill de R\$ 79.403.

Do montante total de R\$ 91.869, identificado como mais-valia por ocasião do laudo de avaliação ao valor justo, R\$ 58.132 já haviam sido amortizados até 31 de dezembro de 2014 em função da realização dos bens na investida (2013 - R\$ 45.316).

Dando sequência ao acordo de investimentos, em outubro de 2012, outubro de 2013 e outubro de 2014, a Petrobras Biocombustível efetuou novos aportes nos montantes de R\$ 212.496, R\$ 225.111 e R\$ 240.166, respectivamente, passando a deter a participação acionária de 42,95%. Do montante pago nesses três aportes, R\$ 150.643 representam mais valia e goodwill que serão segregados por ocasião da avaliação ao valor justo, relativa a essa operação.

11.3. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	Empreendimentos controlados em conjunto		Coligadas
	Pais	Pais	
Ativo Circulante	1.097.097	2.479.326	
Ativo Realizável a Longo Prazo	319.085	1.380.601	
Imobilizado	1.815.916	2.236.931	
Outros Ativos Não Circulantes	52.967	1.196.759	
	3.285.065	7.293.616	
Passivo Circulante	1.250.487	1.668.984	
Passivo não Circulante	780.816	2.913.359	
Patrimônio Líquido	1.253.762	2.715.043	
Participação de Acionistas não Controladores	-	(3.770)	
	3.285.065	7.293.616	
Receita Operacional Líquida	2.573.855	2.672.089	
Lucro Líquido do Exercício	(29.890)	(161.834)	
Percentual de Participação Mínimo	49,00%	42,95%	
Percentual de Participação Máximo	50,00%	43,58%	

11.4. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideraram: horizonte de projeção do intervalo de 5 a 12 anos, com perpetuidade sem crescimento; premissas e orçamentos aprovados pela administração da Sociedade; e taxa de desconto pré-imposto (em termos reais), que deriva do WACC pós imposto.

Os resultados das referidas avaliações não indicaram a existência de perdas por impairment.

12. Imobilizado

O ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2014 estava representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	61.982	9.602	41.102	112.686
Adições	10.148	996	15.584	26.728
Baixas	-	(341)	-	(341)
Transferências	11.670	-	(11.670)	-
Depreciação	(4.322)	(1.642)	-	(5.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	79.478	8.615	45.016	133.109
Custo	92.266	12.840	45.016	149.922
Depreciação acumulada	(12.788)	(4.025)	-	(16.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	79.478	8.615	45.016	133.109
Adições	-	1.365	23.968	25.333
Baixas	-	(4.000)	(26)	(4.026)
Transferências	20.988	391	(21.379)	-
Depreciação	(5.398)	(1.204)	-	(6.602)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	95.068	5.167	47.579	147.814
Custo	113.254	8.352	47.579	169.185
Depreciação acumulada	(18.185)	(3.186)	-	(21.371)
Transferência	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	95.068	5.166	47.579	147.814
Tempo de vida útil médio em anos	(5 a 50 anos)	(5 a 10 anos)		
	(exceto terrenos)			

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados inicialmente ao seu valor de custo, complementado pelos gastos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de realização é testado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente, ao seu tempo de vida útil estimado.

As benfeitorias referem-se à ampliação da capacidade de produção das usinas de biodiesel, de propriedade da Petrobras. Essas usinas estão arrendadas pela Sociedade e são regidas por um contrato de arrendamento onde não são previstas quaisquer devoluções de valores gastos em benfeitorias por parte da Sociedade.

As benfeitorias realizadas pela Sociedade são depreciadas pela sua vida útil, seguindo o pressuposto da renovação automática do contrato, conforme política contábil da Controladora.

Ainda existem obras em andamentos relativas às benfeitorias para ampliação da capacidade instalada nas usinas de biodiesel de Quixadá, Montes Claros e Candeias, de propriedade da Petrobras.

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por licença de softwares.

	2014	2013
Em 31 de dezembro de 2012		
Software	45	
Aquisição	3	
Amortização	(19)	
Em 31 de dezembro de 2013		
Aquisição	26	
Amortização	(19)	
Em 31 de dezembro de 2014		
	36	

14. Diferido

As movimentações do ativo diferido em 2014 e 2013 contemplam os gastos pré-operacionais ocorridos até 31 de dezembro de 2008, diminuídos das amortizações acumuladas até janeiro de 2014. As amortizações foram efetuadas de acordo com o método linear à taxa de 20% ao ano até a sua realização total.

A seguir, apresentamos o detalhamento do saldo dos gastos pré-operacionais:

	2014	2013
Gastos administrativos	5.347	5.347
Serviços de terceiros	1.094	1.094
Outros	783	783
Total	7.224	7.224
(-) Amortização acumulada	(7.224)	(7.169)
Saldo	-	55

15. Fornecedores

	2014	2013
Terceiros		
País	46.882	39.328
Exterior	4.284	3.080
Total	51.166	42.408

16. Tributos**16.1. Impostos e contribuições**

A conta de impostos e contribuições a recolher em 31 de dezembro de 2014 e 2013 se compõe de:

	2014	2013
ICMS	1.969	809
IRRF	638	344
Outros tributos	206	184
Total	2.813	1.337

16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

	2014	2013
Lucro antes dos impostos	(266.351)	(323.352)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	90.559	109.940
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	6.014	6.991
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(75.388)	(92.349)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(26.907)	(9.989)
Outros	5.722	(14.593)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Total	-	-

(*) Inclui equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2014, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 1.058.486 e R\$ 1.058.877 (2013 - R\$ 969.498 e R\$ 969.122). A Sociedade não efetuou o registro do ativo fiscal diferido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

17. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía R\$ 23.122 registrados no passivo não circulante (2013 - R\$ 12.701) oriundos de adiantamentos efetuados pela controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, cuja intenção é o futuro aumento do capital social.

18. Benefícios concedidos a empregados**18.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social**

O Plano foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2014, a contribuição da Sociedade para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.662 (2013 - R\$ 1.391).

A contribuição esperada da Sociedade para 2015 é de R\$ 1.815, referente à parcela de contribuição definida. Até 30 de junho de 2015, por decisão do Conselho da Petros, a parcela de benefício definido está suspensa, sendo previsto o seu retorno a partir de 1º de julho de 2015. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2014 é de 41,80 anos.

18.2. Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Sociedade com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2014 é de 40,34 anos.

19. Patrimônio líquido

Em 23 de janeiro, 26 de março, 18 de junho, 06 de setembro e 19 de novembro de 2013, foram efetuados aumentos de capital no montante total de R\$ 517.516, sendo R\$ 500.038 integralizados ao capital social e R\$ 17.478 de saldos remanescentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador.

Em 12 de fevereiro, 26 de setembro, 16 de dezembro de 2014, foram efetuados aumentos de capital no montante total de R\$ 372.523, sendo R\$ 362.102 integralizados ao capital social e R\$ 10.421 de saldos remanescentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (nota 17), devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 3.465.123 (2013 - R\$ 3.103.021), está representado por 346.512.279 ações ordinárias (2013 - 310.302.148 ações ordinárias) sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

20. Receita de vendas

	2014	2013
Receita bruta de vendas	725.152	995.402
Encargos de vendas	(102.111)	(162.667)
Receita de vendas	623.041	832.735

A redução nos encargos de vendas decorre do benefício fiscal do crédito presumido de PIS e Cofins, aplicado sobre as vendas de produção própria de biodiesel, que em 2014 totalizou R\$ 19.711 e em 2013 R\$ 4.477, registrado a partir de outubro de 2013.

21. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2014	2013
Depreciação e amortização	(6.675)	(7.427)
Despesas com pessoal	(92.461)	(86.963)
Matérias-primas / produtos adquiridos	(599.919)	(839.445)
Serviços contratados, fretes, alugueis e encargos gerais	(103.410)	(101.026)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL (i)	(28.894)	(45.279)
Ajuste a valor justo do ativo biológico (ii)	31.393	(24.742)
Perda de inventário do ativo biológico	(9.206)	-
Diminuição pela venda de ativo biológico	(29.124)	-
Impostos e taxas	(46)	(3.952)
Outros	(523)	(4.086)
Total	(838.865)	(1.112.920)
Custo do produto vendido	(720.479)	(994.152)
Despesas com vendas	(5.846)	(6.073)
Honorários da Administração	(4.595)	(4.003)
Despesas gerais administrativas	(107.955)	(108.692)
Total	(838.865)	(1.112.920)

(i) AVRL reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo.

(ii) A variação ao valor justo refere-se a reversão de provisão para a perda pela desvalorização dos ativos biológicos (mudas de palma), decorrente da desmobilização do Projeto Pará.

22. Outras despesas/(receitas) operacionais, líquidas

	2014	2013
Assistência técnica e sementes (i)	(6.635)	(10.121)
Incentivos fiscais (ii)	17.689	25.036
Outras despesas líquidas (iii)	(8.925)	(12.171)
Total	2.129	2.746

(i) A Sociedade possui contrato de fornecimento de sementes e de assistência técnica necessária ao plantio das mesmas e cujos gastos no exercício foram registrados no resultado do exercício, tendo em vista sua perspectiva de realização relacionada, principalmente, à safra de 2013-2014.

(ii) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais.

(iii) Destacam-se a perda eventual referente ao adiantamento à Bioleão pela prestação de serviços, conforme cláusula contratual (R\$ 4.000), provisão de contingência referente a processos judiciais (R\$ 989) e perda na venda de ativos na desmobilização do Projeto Pará (R\$ 1.183).

23. Processos judiciais e contingências

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Sociedade, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

	2014	2013
Ativo não circulante		
Processos Trabalhistas	1.126	151
Processos Fiscais	155	145
Processos Cíveis	32	28
Total	1.313	324

Os processos judiciais possíveis não provisionados, são apresentados a seguir:

	2014	2013
Processos Trabalhistas	8.218	1.892
Processos Fiscais	123	-
Processos Cíveis	30	-
Total	8.371	1.892

24. Resultado Financeiro

	2014	2013
Receitas Financeiras - REPETRO	40.592	-
Receitas de Aplicações Financeiras	1.056	2.422
Rec. Financeiras - contas a receber vendas	481	308
Descontos Obtidos	-	4
Juros Recebidos de Clientes	134	35
Despesas Financeiras	(892)	(293)
Variação Cambial e Monetária	(215)	(3.846)
Total	41.156	(1.370)

Continua



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de Minas e Energia



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

25. Compromissos

Convênios: Petrobras Biocombustível e entidades governamentais

No âmbito da sua atuação no semiárido, a Sociedade firmou dois Convênios com os governos estaduais da Bahia e do Ceará para atendimento aos agricultores familiares contratados para fornecimento de oleaginosas.

Com o Governo do Estado da Bahia foi firmado um compromisso para incrementar a produção agrícola com assistência técnica e preparo mecanizado de solo, oferecidos a 8.700 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona e girassol e óleo de dendê.

No Governo do Estado do Ceará, o convênio para atendimento a 6.000 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona prevê, além de assistência técnica e preparo mecanizado de solo, a adubação da área com foco no aumento da produção e da produtividade.

Este convênio não obriga a transferência de recursos financeiros entre os parceiros, não gerando qualquer obrigação financeira para a Sociedade. Os compromissos ora firmados envolvem recursos totais de aproximadamente R\$ 7.674 (Bahia), em 40 meses e R\$ 2.967 (Ceará) em 36 meses, mediante o fornecimento das oleaginosas.

Com o Governo do Estado do Ceará foi firmado um convênio de 24 meses em dezembro de 2014, com a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Ceará (SPA/CE), sem transferência de recursos financeiros, visando a prestação de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) a 689 piscicultores que atuam nos açudes do Castanhão e Orós, fornecedores do óleo presente nas vísceras de peixe (ou OGR de Peixe), para fins de contabilização do Selo Combustível Social e produção de biodiesel.

26. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Sociedade são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade.

A Sociedade reconhece o contas a receber, no momento inicial, pelo valor da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensura pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzido das perdas com crédito de liquidação duvidosa.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2014	2013
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	15.358	28.810
Contas a receber	125.541	56.005
Passivos		
Fornecedores		
Terceiros	51.166	42.408

Mensuração dos instrumentos financeiros:

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

26.1. Risco de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2014.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

26.2. Risco de liquidez

A Sociedade utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Sociedade tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

26.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

26.4. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Sociedade não tem fluxos operacionais em outras moedas.

27. Cobertura de seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TEREZA HELENA GABRIELLI BARRETO CAMPELLO Presidente	
RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES Conselheiro	ALBERTO OLIVEIRA FONTES JUNIOR Conselheiro
ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS Conselheiro	JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ALBERTO OLIVEIRA FONTES JUNIOR Presidente	
JOÃO AUGUSTO ARAÚJO PAIVA Diretor	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA Diretor
MILAS EVANGELISTA DE SOUSA Diretor	ALBERTO OLIVEIRA FONTES JUNIOR Diretor
EDUARDO DAMÁZIO DA SILVA REZENDE Contador - CRC-RJ-084.155/O-3	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e ao Acionista Petrobras Biocombustível S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Petrobras Biocombustível S.A. (a "Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Transações com o acionista controlador

Chamamos a atenção para as notas 1 e 7 às demonstrações contábeis, que descrevem que a Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e que, portanto, a Sociedade mantém saldos e realiza operações em montantes significativos com o controlador nas condições nelas descritas. Adicionalmente o acionista controlador tem efetuado aportes de capital para cobrir a geração de caixa operacional negativa, capital de giro e investimentos para expansão das operações. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Ênfase - Operação Lava Jato

Chamamos atenção para a nota 4 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia descreve os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5 "F" RJ

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1"S" RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A.

1. O Conselho Fiscal da Petrobras Biocombustível S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração relativo ao exercício social de 2014, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, datado de 15 de abril de 2015, bem como examinou o Orçamento de Capital relativo ao exercício social de 2015, compreendendo investimentos totais de R\$ 143.044.003 (cento e quarenta e três milhões, quarenta e quatro mil e três reais), dos quais R\$ 37.944.003 (trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e quatro mil e três reais) de Investimentos Diretos e R\$ 105.100.000 (cento e cinco milhões e cem mil reais) de Inversões Financeiras (aporte de capital em empresas investidas), a serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A., prevista para ser realizada em 27 de abril de 2015.

2. Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estas matérias estão em conformidade com os dispositivos legais e estatutários e, com base nos exames efetuados, e à vista do parecer favorável da PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, datado de 15 de abril de 2015, emitido com ênfase acerca das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, o Conselho Fiscal opina favoravelmente, sem ressalvas, à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na referida Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2015.

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO
Presidente

WILSON RODOLFO DE SOUZA GOMES
Conselheiro

CHARLES CARVALHO GUEDES
Conselheiro